

COMITÊ EJA

“A EPT comprometida com a formação de um sujeito com autonomia intelectual, ética, política e humana exige assumir uma política de educação e qualificação profissional não para adaptar o trabalhador e prepará-lo de forma passiva e subordinada ao processo de acumulação da economia capitalista, mas voltada para a perspectiva da vivência de um processo crítico, emancipador e fertilizador de outro mundo possível.”

(MEC, Documento Base do Proeja, 2007, p.32)

2018 - 2020

Instituto Federal do Espírito Santo

Criado por: Ignêz Brigida de Oliveira Pina



INSTITUTO FEDERAL
Espírito Santo

Resgate histórico - Comitê EJA Ifes

Introdução

Enquanto rede educacional, a demanda de Educação de Jovens e Adultos existe desde a criação do Ifes, em 2008, a partir da Lei N.º 11.892, na qual se apresenta dentre os objetivos dos Institutos Federais. Assim, objetivando o fortalecimento das políticas de Educação de Jovens e Adultos - EJA e sua efetiva implementação no Ifes, a Pró-reitoria de Ensino – Proen lança um convite aos vinte dois campi para participação no I Encontro Nacional da EJA integrada a EPT da Rede Federal de Educação Profissional¹, que ocorreu de 21 a 23 de maio, no Instituto Federal de Goiás - Campus Goiânia e teve o objetivo de analisar a implantação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na modalidade integrada à Educação Profissional nos últimos 11 anos (ou seja, desde que foi implantada a oferta dessa modalidade integrada na Rede) nas instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Institutos Federais de todo país participaram do evento.



¹ Site do IFG – I Encontro Nacional da EJA integrada a EPT da Rede Federal de Educação Profissional (<https://www.ifg.edu.br/component/content/article/17-ifg/ultimas-noticias/8395-abertura-encontro-eja?highlight=WyJlbmNvbhRybylslmVqYSIsImVuY29udHJvIGVqYSJd>)

Ano 2018

Doze servidoras e servidores de diferentes campi do Ifes foram indicadas/os para participar deste evento e seguem junto à Pró-reitora de Ensino da instituição rumo à Goiás, firmando aí o compromisso de constituírem um grupo que teria a responsabilidade de elaborar, propor e acompanhar a implementação da política de Educação de Jovens e Adultos no Ifes.

Em 04 de junho de 2018, após retornarem do encontro formativo e propositivo, o grupo se reúne no prédio da reitoria para troca de experiências do encontro e, principalmente, para deliberações quanto ao rumo institucional do coletivo. Da reunião saem as seguintes deliberações: 1 – Fica instituído o Comitê Permanente da Educação de Jovens e Adultos no Ifes; 2 – O Comitê EJA trabalhará na construção de um documento preliminar dos cursos Proeja/Ifes. Para isso espera-se desse grupo uma visão institucional, uma visão de rede; 3 – Tarefas demandas: Reformulação dos documentos institucionais; PDI; PPI (mais direto, objetivo); Planejamento Estratégico; Dimensão; 4 – Definição de grupos de trabalhos (GT's), frentes de atuação que ficaram divididas entre os membros: Histórico; Currículo; Acesso; PPI; Construção de uma sala no moodle.

Em 13 de julho de 2018 é emitida, portanto, a Portaria Nº 1535², instituindo o COMITÊ PERMANENTE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS no Instituto Federal do Espírito Santo. O Comitê passa, então, a se articular em atividades colaborativas, na tentativa de atender às demandas institucionais. As dificuldades já se apresentavam mediante o relato dos membros quanto a sobreposição de demandas do campus, cada qual em suas atribuições específicas, somadas a necessidade de estudos e compreensão das temáticas relativas a EJA, trazidas pelas atividades e GTs do Comitê EJA.

Ainda assim, foram desenvolvidas algumas atividades coletivas, principalmente no que se refere a contribuições nos editais de processo seletivo dos cursos do PROEJA. Também se iniciaram as proposições para a escrita do texto do PPI (Projeto Pedagógico Institucional), estruturação de propostas para um cronograma de ação para o ano de 2019 e ações de formação do próprio colegiado, que foi identificada como ação prioritária.

Em 19 de outubro de 2018 acontece a segunda reunião do Comitê EJA, no prédio do Cefor e a pauta de trabalho proposta para a reunião foi que o grupo dialogasse e deliberasse sobre os seguintes pontos: 1 - Validação do texto sobre a Educação de Jovens e Adultos para o PPI: as alterações foram iniciadas de forma colaborativa através do drive. O prazo definido para entregar a versão final deste texto fica para o dia 05/11/2018; 2 - Cronograma de ação para 2019: o Comitê se reunirá mensalmente, sempre nas últimas sextas-feiras de cada mês. A primeira reunião de 2019 fica prevista para 22/02/2019. Foi criada uma planilha, no drive, para que o plano de ação 2019 fosse construído. Lá estavam previstos os eixos de trabalhos e suas ações. O prazo para finalização do plano de ação fica para o dia 20/11/2018, podendo servir de base para uma reunião que se almejava agendar com o reitor e os pró-reitores; 3 - Proposta de formação para o 1º semestre de 2019: a necessidade de formação fica entendida como prioritária para o Comitê e se define algumas frentes de formação na área da EJA. São elas: Formação do Comitê: formação com a prof. ² Edna Oliveira (Ufes). Formação inicial para que o Comitê definisse alguns conceitos e alinhasse os entendimentos em alguns pontos. A formação do Comitê seria contínua e o próprio grupo iria direcionando sua formação conforme as necessidades. O primeiro encontro para formação inicial do Comitê fica agendado para o dia 29/11/2018, no horário vespertino, com a professora Edna Oliveira; Formação de

² Anexo I – Portaria N.º 1535, de 13/07/2018.

Gestores (Diretores e coordenadores): Definir proposta de formação para o primeiro semestre de 2019. O grupo ainda iniciava os trabalhos neste sentido.

Formação de servidores (docentes e técnicos administrativos do ensino): Definir proposta de formação para 2019, objetivando a implementação de alguns cursos para 2020. O grupo ainda iniciava os trabalhos neste sentido; 4 - Analisar a nomenclatura no diploma dos cursos do Proeja: Esse tema não foi abordado diretamente pelo Comitê. Demandou um estudo mais focado, todavia, não avançou.

O Diálogo Formativo ocorreu no dia 29 de novembro de 2018³, com a presença da professora Edna Oliveira, da UFES. Um momento de grandes aprendizagens e trocas. Um dia de muita reflexão e perspectivas para a implementação da EJA para o ano de 2019. Não houve contribuições para a construção do plano de ação 2019.

Ano 2019

As atividades do Comitê EJA são retomadas no início do ano de 2019, em reunião ocorrida em 01 de abril⁴, no prédio do Cefor, com a seguinte pauta: a) Atualização do ROD; b) Validação do texto sobre a Educação de Jovens e Adultos para o PPI; c) Cronograma de ação do Comitê para 2019; d) Proposta de formação para 2019; e) Diretrizes EJA.

Nessa retomada das atividades do Comitê EJA, fica perceptível a dificuldade do grupo se manter. Alguns membros já vinham com grandes dificuldades de participar das reuniões

³ Anexo II – Memorando de Convocação.

⁴ Anexo III – Memorando de Convocação – reunião agendada para o dia 22/03/2019, mas remarcada para 01/04/2019.

e também manifestavam barreiras para contribuir com as atividades que se apresentavam.

Surge a necessidade de construção de uma cartilha de orientação aos campi.

Durante o mês de maio de 2019 o Comitê trabalha para contribuir com a reformulação do ROD do ensino técnico, o que gerou a necessidade de duas reuniões, nos dias 10 e 31⁵. A reunião do dia 10 ocorreu presencialmente, todavia, mediante aos cortes orçamentários, a reunião do dia 31 foi por teleconferência.

Na reunião agendada para o dia 31 de maio de 2019, entra como pauta a necessidade de construir um cronograma de visitação aos campi, com o objetivo de aproximação do Comitê EJA com as equipes dos campi, buscando conhecer as realidades mais de perto, assim como as expectativas de cada campus/região e buscar construir de forma colaborativa caminhos para aumentar a oferta de cursos, potencializando a corresponsabilidade de cada campus, para com a política da EJA e já identificando as necessidades de formação mais específicas para as potenciais equipes de EJA.

Após a reunião do dia 31 de maio, foram enviadas as sugestões para a reformulação do ROD⁶. As dificuldades em encontrar agendas compatíveis entre os membros e as sobreposições de atividades das rotinas nos campi com as demandas do Comitê passam a interferir fortemente nas atividades do grupo.

No mês de junho foram agendadas duas reuniões⁷, uma para o dia 13 e outra para o dia 28, com a seguinte pauta: a) alinhamento da proposta da Cartilha de Orientação aos

⁵ Anexo IV – Memorando de Convocação

⁶ Anexo V – Proposta de reformulação do Regulamento de Organização Didática – ROD - Ifes

⁷ Anexo VI – Memorando de Convocação

Campi e b) construção de Documento Base da Educação de Jovens e Adultos do Ifes. Todavia, a reunião do dia 13 não ocorreu devido impossibilidade dos membros.

No dia 18 de junho o Comitê EJA é representado pelas presidentes na REUNIÃO DE GESTORES DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS REGIÃO METROPOLITANA⁸, organizado pelo Grupo de Pesquisa Educação de Jovens e Adultos da UFES, que teve por objetivo reunir gestores de EJA dos municípios que participaram no Encontro Nacional de Pesquisadores da Educação de Jovens e Adultos (EJA) para discutir as demanda de matrícula, os desafios e dificuldades enfrentadas e propostas de ações articuladas e, também pensar ações conjuntas para o fortalecimento do grupo no contexto que vivemos na EJA no Estado.

A reunião do dia 28 ocorreu de forma online, discutindo propostas para a construção da Cartilha de Orientação aos Campi. Resgata-se o amparo legal do PPI, disponibilizado pós-reunião, para verificar se atenderia à demanda da cartilha, sendo o seguinte: a) Parecer CEB n.º 11, de 10 de maio de 2000, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos; b) Resolução CNE/CEB N.º 01, de 05 de julho de 2000 - Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos; c) Documento Base do Proeja, 2007 – Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos; d) Lei n.º 11.741, de 16 de julho de 2008, Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica; e) Parecer CNE/CEB N.º 06, de 04 de abril de 2010 - Reexame do Parecer CNE/CEB nº 23/2008, que

⁸ Anexo VII - MEMÓRIA DA REUNIÃO DE GESTORES DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS REGIÃO METROPOLITANA

institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância; f) Resolução CNE/CEB N.º 03, de 15 de junho de 2010 - Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância; g) Lei n.º 13.632, de 06 de março de 2018, Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre educação e aprendizagem ao longo da vida.

Não há encontros no mês de julho. Para o mês de agosto fica agendada uma reunião para o dia 09, com seguinte pauta: Apresentação de dados colhidos para construção da Cartilha de Orientação aos Campi; Eleição de Secretário(a) para o Comitê e Construção de Regulamento Interno. Nessa reunião é eleita a secretária do Comitê que passa a realizar os registros em Ata.

Fica agendada reunião para o dia 13 de setembro com a única pauta: Construção do regulamento do Comitê. É inserido no drive uma sugestão compartilhada por uma membra, para que todos tivessem possibilidade de colaborar com a proposta durante o mês de agosto para que pudesse ser validada na reunião de setembro. Todavia, não houve sugestões além da proponente e mediante aparente desarticulação do coletivo a reunião do dia 13 é cancelada.

Entre os meses de setembro e outubro, chega até o Comitê a informação de um edital da Fapes N.º 09/2019, que estabelece a chamada pública para seleção de propostas de projetos de Iniciação Científica Júnior (ICJr) em todas as áreas do conhecimento, mas

excluía a participação de estudantes da modalidade EJA. O Comitê, portanto, se manifesta⁹ institucionalmente solicitando esclarecimentos do fato. O edital é corrigido e os estudantes da EJA passam a ser inseridos também como público-alvo apto a participar do edital.

O Comitê ainda participa, de 03 a 05 de dezembro de 2019, do II Encontro Nacional da EJA EPT (Proeja) da Rede Federal¹⁰, na Universidade Estadual de Londrina (UEL). O evento foi pautado pelos diálogos em torno das realidades e perspectivas da EJA-EPT (PROEJA) na Rede Federal, e contou com palestras, apresentações culturais, relatos de experiências de cursos, diálogos com estudantes da EJA-EPT, enfatizando aspectos como: diversidade curricular, currículo integrado, formação de professores, acesso, permanência e êxito na EJA-EPT, dentre outros.

Ano 2020

Alguns membros solicitam desligamento mediante mudanças pessoais e profissionais, fragilizando ainda mais a atuação do coletivo. Iniciam-se os rumores da pandemia da Covid-19, suspensão de atividades, isolamento social, APNP's.

Em 08 de abril de 2020, o Comitê EJA se junta ao movimento do Campus Vitória e encaminha um manifesto¹¹ com considerações referentes às possibilidades da utilização de recursos de educação a distância e de tecnologias educacionais como forma de reposição de parte das aulas durante o período de isolamento social.

⁹ Anexo VIII – Solicitação de esclarecimentos quanto à exclusão de estudantes da EJA do edital da Fapes.

¹⁰ Anexo IX - MEMÓRIA DO II ENCONTRO NACIONAL DA EJA-EPT (PROEJA) DA REDE FEDERAL

¹¹ Anexo X - CONSIDERAÇÕES SOBRE O USO DE FERRAMENTAS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM SUBSTITUIÇÃO AO ENSINO PRESENCIAL NOS CURSOS PROEJA DO IFES – CAMPUS VITÓRIA

Não há mais atividades ou manifestações coletivas do Comitê EJA daí em diante, até 03 de novembro de 2021, quando a Pró-reitora encaminha um e-mail convocando o coletivo para retomada das atividades.

Anexo I



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
REITORIA

PORTARIA Nº 1535, DE 13 DE JULHO DE 2018.

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO, nomeado pelo Decreto MEC de 17.10.2017, publicado no DOU de 18.10.2017, seção 2, página 1, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir o **COMITÊ PERMANENTE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS** no Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), composto pelos seguintes representantes:

- a) MARIA JOSE DE RESENDE FERREIRA, matrícula SIAPE 269939 (Presidente);
- b) IGNÊZ BRIGIDA DE OLIVEIRA PINA, matrícula SIAPE 2052310 (Presidente);
- c) ELOANA COSTA DE MORAIS, matrícula SIAPE 1580670;
- d) BRUNO DOS SANTOS PRADO MOURA, matrícula SIAPE 2581440;
- e) HELTON ANDRADE CANHAMAQUE, matrícula SIAPE 2056631;
- f) DEANE MONTEIRO VIEIRA COSTA, matrícula SIAPE 1689968;
- g) PEDRO SERGIO DA SILVEIRA, matrícula SIAPE 2349762;
- h) EDNEIA NUNES DA SILVA, matrícula SIAPE 1344901;
- i) GIOVANI ZANETTI NETO, matrícula SIAPE 1474326;
- j) DAYANE SANTOS DE SOUZA, matrícula SIAPE 1258642;
- k) IVANETE TONOLE DA SILVA, matrícula SIAPE 1858669;
- l) CHARLES MORETO, matrícula SIAPE 1728472.

Art. 2º Atribuir ao Comitê a responsabilidade de elaborar, propor e acompanhar a política da Educação de Jovens e Adultos no Ifes.

JADIR JOSE PELA
Reitor

Anexo II



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
REITORIA GERAL
Av. Rio Branco, 50 - Santa Lucia, 29056-255, Vitória, ES
2733577500

Memorando Eletrônico nº 184/2018-REI-PROEN
Protocolo nº 23147.005021/2018-90

Vitória-ES, 14 de novembro de 2018

IBA - Diretoria Geral Campus Ibatiba
CC:
ITA - Diretoria Geral Itapina LIN - Diretoria Geral LINHARES STA - DIRETORIA GERAL SANTA TERESA SER -
DIRETORIA GERAL CAMPUS SERRA VNI - DIRETORIA GERAL VNI VVL - DIRETORIA GERAL VV VIT - DIRETORIA
GERAL VITORIA VIA - DIRETORIA GERAL VIANA

Reunião do Comitê Permanente da Educação de Jovens e Adultos do Ifes

Solicitamos que vossa senhoria convoque o(a) servidor(a) designado(a) pela portaria nº 1.535/2018 como membro do Comitê Permanente da Educação de Jovens e Adultos, para reunião ordinária a ser realizada no dia **29 de novembro de 2018, das 9 às 17 horas, no Cefor**, com a seguinte pauta:

1. Informes;
2. Alinhamento do Comitê;
3. Formação com a professora Edna de Oliveira, da UFES (horário vespertino);

Esclarecemos que o motivo da reunião ser em data diferente da acordada com os senhores para as reuniões (segundas ou sextas), se deve ao fato de estarmos condicionados à agenda da Professora Edna da UFES.

Contamos com a presença de todos.

Atenciosamente,

(Autenticado em 15/11/2018 16:13)
Adriana Piontkovsky Barcellos
Pro-reitor(a) - Titular
Matrícula: 1844857

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ifes.edu.br/documentos/> informando seu número: **184**, ano: **2018**, tipo: **Memorando Eletrônico**, data de emissão: **14/11/2018** e o código de verificação: **220b621eeb**

Anexo III



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
REITORIA
Av. Rio Branco, 50 - Santa Lucia, 29056-255, Vitória, ES
2733577500

Memorando Eletrônico nº 36/2019-REI-PROEN
Protocolo nº 23147.001931/2019-84

Vitória-ES, 14 de março de 2019

REI - PRO-REITORIA DE ENSINO

Reunião Ordinária do Comitê Permanente da Educação de Jovens e Adultos do Ifes

Solicitamos que vossa senhoria convoque o(a) servidor(a) designado(a) pela Portaria nº 1.535/2018 como membro do Comitê Permanente da Educação de Jovens e Adultos do Ifes, para reunião ordinária a ser realizada no dia 22 de março de 2019, das 9 às 17 horas, no Salão de Reuniões do Cefor, com a seguinte pauta:

1. Informes;
2. Reformulação ROD;
3. Validação do texto sobre a Educação de Jovens e Adultos para o PPI (Projeto Pedagógico Institucional);
4. Cronograma de ação do Comitê para 2019;
5. Proposta de formação para 2019

Contamos a presença de todos(as).

(Autenticado em 15/03/2019 09:52)
Adriana Piontkovsky Barcellos
Pro-reitor(a) - Titular
Matrícula: 1844857

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ifes.edu.br/documentos/> informando seu número: **36**, ano: **2019**, tipo: **Memorando Eletrônico**, data de emissão: **14/03/2019** e o código de verificação: **356c82d173**

Anexo IV



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
REITORIA
Av. Rio Branco, 50 - Santa Lucia, 29056-255, Vitória, ES
2733577500

Memorando Eletrônico nº 61/2019-REI-PROEN
Protocolo nº 23147.002445/2019-83

Vitória-ES, 03 de maio de 2019

VIT - DIRETORIA GERAL VITORIA

CC:

LIN - Diretoria Geral LINHARES VVL - DIRETORIA GERAL VV VIA - DIRETORIA GERAL VIANA CEF - DIRETORIA DO CEFOR ITA - Diretoria Geral Itapina IBA - Diretoria Geral Campus Ibatiba STA - DIRETORIA GERAL SANTA TERESA

Reunião Extraordinária do Comitê Permanente da Educação de Jovens e Adultos do Ifes

Solicitamos que vossa senhoria convoque o(a) servidor(a) designado(a) pela Portaria nº 1.535/2018 como membro do Comitê Permanente da Educação de Jovens e Adultos, para reunião extraordinária a ser realizada nos dias 10 e 31 de maio de 2019, das 9 às 16 horas, no Salão de Reuniões do Cefor, com a seguinte pauta:

1. Finalização da proposta de reformulação do ROD;
2. Cartilha de orientação aos campi;
3. Proposta de cronograma de visitação aos campi.

Informamos que a solicitação de diárias e passagens, quando for o caso, deverão ser encaminhadas para o email da pró-reitoria de ensino.

Contamos com a presença de todos.

Atenciosamente,

(Autenticado em 03/05/2019 12:24)
Adriana Piontkovsky Barcellos
Pro-reitor(a) - Titular
Matrícula: 1844857

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ifes.edu.br/documentos/> informando seu número: **61**, ano: **2019**, tipo: **Memorando Eletrônico**, data de emissão: **03/05/2019** e o código de verificação: **1f9b2ee741**

Anexo V



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Av. Rio Branco, nº 50, Bairro Santa Lúcia, 29056-255 – Vitória – Espírito Santo
27 3235-1741 / 3227-5564 ramal 3004

Sugestões para Reformulação do ROD de Cursos Técnicos

Proposta	Artigo	Natureza da Sugestão	Sugestão	Justificativa
1	Após art. 4	Incluir	Art. XXº O Ifes, em atendimento às demandas da modalidade da Educação de Jovens e Adultos, deverá garantir, com base nas legislações nacionais e institucionais, nos processos de seleção e durante a realização dos cursos, o atendimento educacional apropriado às especificidades desse público, assegurando as condições para o acesso, a permanência e o êxito.	<p>Lei 9.394/96 – Art. 4º, VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, e garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;</p> <p>Parecer CNE/CEB Nº 11/2000 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos</p> <p>Documento base do Proeja – Item 3.1, pag. 36 "...Um programa, pois, de educação de jovens e adultos nesse nível de ensino necessita, tanto quanto nos demais níveis, e para outros sujeitos, formular uma proposta político-pedagógica específica, clara e bem definida para que possa atender as reais necessidades de todos os envolvidos, e oferecer respostas condizentes com a natureza da educação que buscam, dialogando com as concepções formadas sobre o campo de atuação profissional, sobre o mundo do trabalho, sobre a vida."</p> <p>LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 – <u>Para estudantes da educação especial da EJA.</u> A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema</p>

Anexo V

- educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. LBI Estatuto do Deficiente
- Art. 5º De acordo com a Resolução **Parecer CNE/CEB Nº 11/2000** - CNE/CEB 6/2012, os cursos da Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional Técnica de Nível Educação de Jovens e Adultos
- 2 Art. 5 Alterar Médio serão desenvolvidos nas formas articulada, incluindo a Educação de Outra justificativa sempre vai ser a Jovens e Adultos (EJA), e subsequente visibilidade do atendimento ao público ao Ensino Médio: da EJA
- Lei 9.394/96** – Art. 24, VII, § 2º Os sistemas de ensino disporão sobre a oferta de educação de jovens e adultos e de ensino noturno regular, adequado às condições do educando, conforme o inciso VI do art. 4º.
- Documento base do Proeja**, Item 4.2.2, pag. 52 - Para atender a especificidade da modalidade EJA, necessária se faz a organização de pedagógicas diferenciadas, com tempos e espaços formativos adequados a cada realidade. Assim, a organização do calendário escolar pode considerar as peculiaridades existentes: sazonalidade, alternância, turnos de trabalho, entre outras especificidades que surgirem à medida que essa política seja efetivamente implementada.
- 3 Art. 8 Incluir flexibilização de tempos e espaços, de paragrafo metodologias e tecnologias de ensino, considerando a necessidade da pluralidade de saberes a serem contemplados pelo Currículo.
- Outra justificativa sempre vai ser a visibilidade do atendimento ao público da EJA
- 4 Art. 15 Manter § 3º Os cursos do PROEJA poderão estabelecer carga horária e quantidade de dias letivos específicos, desde que previstos no PPC e respeitado o calendário escolar pode considerar as mínimo estabelecido em legislação peculiaridades existentes:

Anexo V

			<p>pertinente.</p> <p>Documentos base do Proeja, Item 3.2 – Princípios, Página 37 e 52.</p> <p>“A ampliação do direito à educação básica, pela universalização do ensino médio constitui o terceiro princípio, § 5º A execução dos procedimentosface à compreensão de que a acadêmicos, previstos em calendário,formação humana não se faz em para o público Educação de Jovens etempos curtos, exigindo períodos mais Adultos deverá acontecer de formaalongados, que consolidem saberes, a distinta, respeitando os tempos própriosprodução humana, suas linguagens e dessa modalidade.</p> <p>formas de expressão para viver e transformar o mundo. A expansão do direito, portanto, inclui a universalização do ensino médio, como horizonte próximo, face à quase total universalização do acesso ao ensino fundamental.”</p>
5	Art. 18.	Incluir	<p>§ 5º A execução dos procedimentosface à compreensão de que a acadêmicos, previstos em calendário,formação humana não se faz em para o público Educação de Jovens etempos curtos, exigindo períodos mais Adultos deverá acontecer de formaalongados, que consolidem saberes, a distinta, respeitando os tempos própriosprodução humana, suas linguagens e dessa modalidade.</p>
6	Art. 19	Incluir	<p>§ 2º. Aos candidatos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) serão garantidos procedimentos diferenciados no processo seletivo, tais como: busca ativa, acolhimento no momento de inscrição presencial, palestra informativa, entre outros.</p> <p>Condições objetivas de sobrevivência, a vulnerabilidade social, além das previsões no documento Base do Proeja.</p>
7	Seção II Da Matrícula	Incluir	<p>Art. XX. O período de matrícula nos cursos da modalidade de Educação de jovem/adulto trabalhador e das Jovens e Adultos poderá ser estendidodificuldades do acesso aos próprios considerando as particularidadesdocumentos pessoais para entregar desses estudantes. no campus.</p>
8	Art. 30	Incluir	<p>§ XX - Nos cursos da modalidade deBase na experiência dos cursos já Educação de Jovens e Adultos, oofertados, a necessidade de pedido de trancamento poderá serflexibilidade e adaptação dos executado a qualquer tempo, por até 03processos à dinâmica de vida dos (três) períodos, consecutivos ou sujeitos da EJA. Reconhecimento de que eles saem porque precisam trabalhar, mas têm a intenção de retornar.</p>
09	Art. 33	Alterar	<p>Art. 33. O estudante que tiver suaBase na experiência dos cursos já</p>

Anexo V

			ofertados, a necessidade de flexibilidade e adaptação dos processos escolares à dinâmica de vida dos sujeitos da EJA. Reconhecimento de que eles saem porque precisam trabalhar, mas têm a matrícula cancelada no curso poderá intenção de retornar. requerer reintegração de matrícula, durante o período de integralização do curso, em data prevista em calendário, 11/2000, com o documento base do mediante justificativa, e, nos casos dos Proeja (2007) e a experiência com os estudantes da EJA, esse requerimento processos seletivos abertos para esta poderá ser realizado a qualquer tempo, modalidade nos Institutos Federais, respeitando o período de integralização, observa-se a necessidade de se com ingresso no período subsequente. considerar os tempos específicos para divulgação, seleção, matrícula e permanência dos estudantes da Eja. Sem esse tratamento diferenciado há maior risco de a oferta para este público-alvo não se realizar de forma exitosa.
10	Art. 38	Alterar	Art. 38. Poderá ser concedido o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores aos estudantes dos Cursos Técnicos Concomitantes e Subsequentes e dos Cursos Técnicos Integrados na modalidade EJA, mediante requerimento no protocolo Acadêmico ou CRA do campus ou SA04/06/2019 do Cefor ou no polo de apoio presencial dirigido à Coordenadoria de Curso, no prazo previsto no calendário acadêmico, acompanhado dos seguintes documentos:
11	Art. 54	Alterar	Observar a legislação vigente, Verificar de onde vem a definição de conforme prazo previsto 15 a 45 dias
12	Art. 54	Alterar	III. Necessitar acompanhar pessoas em. A experiência com o Proeja já tratamento de saúde prolongado, que oferecido no Ifes demonstrou que compõe o arranjo familiar, quando muitos estudantes têm sua comprovada a necessidade de permanência no curso afetada por assistência intensiva problemas familiares que se estendem para além de laços primários de parentesco. O conceito de família, nesse sentido, precisa ser

Anexo V

considerado de forma mais ampliada, acompanhando as mudanças ocorridas nos arranjos familiares, como as relações homoafetivas e os núcleos familiares estendidos, que envolvem cuidado com parentes de maior grau de distanciamento. Não se pode ignorar essas questões. O reconhecimento desta complexidade de arranjos familiares garante que nosso alunado siga motivado e que tenhamos taxas menores de evasão.

Documento base do Proeja, item 4.2.2, pag. 52 - "...Outro aspecto indispensável de destacar é que a

- 13 Art. 54 Alterar Parágrafo único. As atividades de organização dos tempos na modalidade relacionadas ao estágio supervisionado, EJA é sempre do projeto de curso, as atividades de natureza prática e as cumprindo definições legais, mas respectivas avaliações serão cabendo ao sujeito aluno a desenvolvidas no retorno do estudante, possibilidade de permanecer no curso desde que haja viabilidade para por tempo diverso do previsto, segundo conclusão dentro do período letivo seu ritmo e saberes prévios, desde que tenha alcançado os objetivos previstos para a série/fase/etapa/ciclo de organização do currículo."

§ 2º O estudante da modalidade EJA, retido em 03 (três) ou mais componentes curriculares, poderá solicitar matrícula em disciplinas do período subsequente, de forma a completar o limite de disciplinas previstas para o período letivo.

Permanecer no curso por tempo diverso do previsto, segundo seu ritmo e saberes prévios, desde que tenha alcançado os objetivos previstos para

- 14 Art. 75 Inserir
1. A solicitação será analisada por série, fase, etapa, ciclo de comissão composta por representante do setor pedagógico e da coordenação do curso, que apresentará um plano de adequação curricular.

- 17 Art. 90 Inserir São membros participantes da Reunião Pedagógica: O Ifes Vitória promove um conselho de classe diferenciado em seus cursos do XI - Na modalidade EJA, as reuniões Proeja, que serve de modelo a seguir. intermediárias ocorrerão com Todos os estudantes de cada turma

Anexo V

			participam do conselho juntamente aos seus professores e coordenador de curso, em um diálogo humanizado, participação de toda a turma, no horário regular de aula.
			horizontal. Sendo adultos, esse modelo de conselho de classe exercita a avaliação crítica dos processos pedagógicos, colocando os sujeitos da Eja como autônomos e protagonistas de seu próprio aprendizado.
			Garantir a equidade no acesso às vagas de monitoria para os sujeitos da
18	Art. XX	Inserir	O Programa de Monitoria deverá garantir equidade na distribuição das vagas previstas nos editais, nas diferentes modalidades e níveis de ensino ofertados nos campi, considerando os estudantes da modalidade EJA. EJA configura-se como mais uma importante ferramenta de experiência escolar e de permanência dos estudantes na instituição. As monitorias valorizam os saberes dos educandos e incentivam seu maior desenvolvimento acadêmico. É dever da instituição proporcionar aos estudantes da EJA o pleno acesso aos processos formativos disponíveis.

Anexo VI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
REITORIA
Av. Rio Branco, 50 - Santa Lúcia, 29056-255, Vitória, ES
2733577500

Memorando Eletrônico nº 107/2019-REI-PROEN

Protocolo nº 23147.003023/2019-25

Vitória-ES, 11 de junho de 2019

VIT - DIRETORIA GERAL VITORIA

CC:

LTN - Diretoria Geral LINHARES CEF - DIRETORIA DO CEFOR VVL - DIRETORIA GERAL VV LIN - DIRETORIA DE ENSINO CEF - COORDENADORIA GERAL DE ENSINO VVL - DIRETORIA DE ENSINO VIT - DIRETORIA DE ENSINO ITA - Diretoria Geral Itapina ITA - DIRETORIA DE ENSINO IBA - Diretoria Geral Campus Ibatiba IBA - DIRETORIA DE ENSINO STA - DIRETORIA DE ENSINO STA - DIRETORIA GERAL SANTA TERESA VIA - DIRETORIA GERAL VIANA VIA - DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO

Reunião do Comitê Permanente da Educação de Jovens e Adultos do Ifes

Solicitamos que vossa senhoria convoque o(a) servidor(a) designado(a) pela Portaria nº 1.535/2018 como membro do Comitê Permanente da Educação de Jovens e Adultos, para reuniões ordinárias a serem realizadas nos dias 13 e 28 de junho de 2019, das 15:30 às 17:00 e das 13:00 às 16:00, respectivamente, via webconferência, com a seguinte pauta:

1. Alinhamento da proposta da Cartilha de Orientação aos Campi;
2. Construção de Documento Base da Educação de Jovens e Adultos do Ifes.

Contamos a presença de todos.

Atenciosamente,

(Autenticado em 11/06/2019 16:00)

Adriana Piontkovsky Barcellos

Pro-reitor(a) - Titular

Matrícula: 1844857

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ifes.edu.br/documentos/> informando seu número: **107**, ano: **2019**, tipo: **Memorando Eletrônico**, data de emissão: **11/06/2019** e o código de verificação: **33cdf5046d**

Anexo VII



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
GRUPO DE PESQUISA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL NA CIDADE E NO CAMPO**

**MEMÓRIA DA REUNIÃO DE GESTORES DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
REGIÃO METROPOLITANA**

Data: terça-feira, 18/06/2019

Objetivo: Reunir gestores de EJA dos municípios que participaram no Encontro Nacional de Pesquisadores da Educação de Jovens e Adultos (EJA) para discutir os pontos de pauta abaixo:

Pauta:

1. Compartilhar a demanda de matrícula, os desafios e dificuldades enfrentadas e propostas de ações articuladas;
2. Pensar ações conjuntas para fortalecimento do grupo no contexto que vivemos na EJA no Estado.

Estiveram presentes na Reunião;

1. Marcia Cuevas – PPGPSI/UFES
2. Ivan Oliose – mestrando/PPGE
3. Maria Geovana Melim – doutoranda/PPGE
4. Dalva Mendes – doutoranda/PPGE/MST
5. Fátima Ribeiro – mestranda/PPGPSI/MST
6. Maria José Ferreira – PROEJA/Ifes – Vitória
7. Aldo Rezende – PROEJA/Ifes – Vitória
8. Elizângela Fraga – Gestão Educação Básica/SERRA
9. Andrea Batista – Gestão EJA/SERRA
10. Jussara Baptista – mestranda/PPGE/UFES
11. Kátia Silva – Gestão EJA/Vila Velha
12. André de Souza – Gestão EJA/ Vila Velha
13. Adriane Lopes – Gestão EJA/ Viana
14. Viviane Davila – Gestão EJA/Viana
15. Mariane Berger – Gestão EJA/Vitória
16. Edna Oliveira – NEJA/UFES
17. Tatiana Oliveira – Gestão EJA/Cariacica
18. Ignês Pina – Ifes/PROEN/Vitória
19. Karla Cezarino – NEJA/UFES

Obs: Devido à falha de nossa comunicação com o Estado, este não pode se fazer presente.

Anexo VII

Reunião:

Os gestores compartilharam a demanda de matrícula, os desafios e dificuldades enfrentadas pelo seu município em relação à EJA sugerindo alguns encaminhamentos. Segue abaixo os registros de cada município:

Gestão Vitória

- São 22 escolas que ofertam a EJA e apresentam um total de 2617 matrículas com 536 no 1º segmento e 2.081 no 2º segmento;
- A Capacidade física de 8.000 vagas.
- Observa-se queda na matrícula.
- Como desafio tem-se a necessidade de mobilização da população não escolarizada. Busca-se conhecer onde estão os aproximadamente 50.000 pessoas não escolarizadas em Vitória.
- Houve aumento da população de analfabetos.
- Teve-se mais sucessos em ações micro do que macro. Destaca o papel das lideranças comunitárias para mobilização das matrículas.
- Observa-se que não há a apropriação da EJA como direito pelos diretores em algumas escolas, apesar das turmas estarem cheias.
- A evasão continua sendo um desafio estimada em 30%, tendo como causas mudanças, gravidez, tráfico, e mobilidade dos idosos.
- A violência, além das avós novas que acolhem netos, geram uma redução do número de idosos no 1º segmento, indicando uma demanda de oferta no turno diurno.
- Entre as dificuldades temos a chegada dos adolescentes na EJA provocado, muitas vezes, pelo fator distorção idade/série, que concentra os estudantes com percurso de fracasso escolar na EJA.
- Outro desafio, se coloca em relação à prática pedagógica, apontando a falta de metodologia apropriada para os sujeitos que provoquem mais sentido. Há professores que buscam atuar na Eja no final da carreira sem problematização, sem planejamento, mesmo com as formações.
- Formações locais se mostram mais interessantes e vem sendo praticadas em grupos menores a partir de suas realidades, o que se tem constituído um trabalho possível.
- A avaliação é um problema na Eja e, com isso, a reprovação. Repete-se a avaliação do regular.
- A Rede vem ofertando a EJA profissional em 5 escolas, como uma forma de diversificação da oferta.
- Alfabetização é dilema: infantilização forte e o Neja poderia ajudar.
- Não pôde sugerir ações integradas.

Gestão Viana

- Oferta de EJA em 2 escolas
- Diretor que trabalha impedindo a fluidez da política;

Anexo VII

- Evasão – começam e não concluem. Há demanda reprimida e há impasse com diretores que não aceitam a política.
- Trabalham com formação em serviço, o que é difícil articular o calendário.
- Os jovens são a realidade na modalidade;
- Há conflito geracional.
- Concordando com a colegas de Vitória destaca que na Eja é necessária outra metodologia, para que esse aluno sinta mais prazer de estar na escola;
- Trabalham com a semipresencial, onde acontecem, apenas, 3 aulas. Ainda, a gestora destaca a angústia que ela vive diante desta prática.
- Destaca que há expectativa de realizar no município a Eja diurna;

Gestão Vila Velha:

- São 19 escolas ofertando a Eja.
- Aproximadamente 3.800 matrículas
- No sistema de gestão 937 esperando vaga no município
- Destaca a necessidade de formação para os gestores.
- A Juvenilização se constitui como um desafio.
- Aproximadamente 70% das vagas são destinadas para a faixa etária dos 16 aos 18 anos;
- 25 a 30% fica o índice de reprovação e evasão;
- Aponta dificuldades na formação de professores;
- Outro problema da rede é a ausência de Secretaria específica da EJA;
- Necessidade de formação para o trabalho com jovens e adultos simultaneamente;
- Existe resistência de diretores em fazer uma divisão de turmas e, nas formações, os docentes apontam salas cheias;

Gestão Cariacica:

- Aproximadamente 3892 matrículas, com mais de 500 no 1º segmento e 2894 no segundo segmento.
- Observa-se um declínio de matrícula no 1º segmento e no 2º seg. turmas mais cheias com jovens.
- Em 2018, 39,2 % aprovados; 47% evadidos; 13,3% de reprovados.
- Conseguiram assegurar a oferta semestral da EJA;
- 01 turma vespertino que funciona e há possibilidade de diálogo para ampliação da oferta;
- Os índices de violência no município amedrontam a oferta no noturno e limita a presença dos idosos e adultos;
- Cuidar dos netos também aparece como dados que afasta o estudante da política;
- Ofereceram formações para gestores e pedagogos e professores;
- Muitos professores que chegam à modalidade, pedagogos e professores, estão vindo da educação infantil;
- Desafios: alfabetização/práticas infantilizadas/horário da EJA que não é definido para os professores, desde que a modalidade foi colocada isto ficou em aberto. O planejamento que se efetive no cotidiano.
- Pouca participação dos diretores no turno.

Anexo VII

Gestão Serra:

- Aproximadamente 2.500 matrículas, sendo que 110.000 pessoas sem ensino fundamental.
- O desafio é o território da cidade, maior rede de educação e de população do estado;
- Maior índice de analfabetismo no estado;
- Estamos vindo do desmantelamento da EJA. O município praticou fechamento de turmas e escolas. Ficamos com a oferta de 10 escolas, sendo 1 oferta no diurno em 2 classes (salas) e 01 turma/classe na zona rural;
- Distorção idade/série faz com que os jovens cheguem a Eja e sofram processo de exclusão na modalidade
- Demandas de expansão da Eja em territórios pertos onde o estudante mora e a necessidade da oferta da EJA diurna devido violência extrema presente em alguns locais;
- A Eja profissional se mostra como uma possibilidade de oferta ;
- Destaca o papel da mobilização da comunidade na busca ativa dos sujeitos da Eja - necessitamos dizer para nossos gestores municipais que existe a demanda sim para a EJA.
- Faltam ações políticas intersetoriais no município; tem sido difícil fazer essa articulação;
- O público de rua está chegando na modalidade;
- A Serra está trabalhando na reformulação e reestruturação que tende a assumir a oferta semipresencial

Gestão IFES/PROEJA

- Há barreiras enormes no âmbito de gestão;
- Foi constituído comitê permanente de EJA no Ifes, em 2018, sendo que 10 servidores compõem hoje esse comitê;
- Campus Vitória é o único que tem realizado a oferta;
- O público da educação especial está sendo direcionado para matrícula na EJA;
- Criação do curso de Hospedagem;
- Parceria com os municípios do interior.
- Relato das experiências de divulgação dos cursos: panfletagem em terminais de ônibus, palestras em escolas e utilização de mídias sociais.

Retomada do diálogo:

- Seguiremos buscando o diálogo com a SEDU;
- Aspectos comuns compartilhados:
 - Queda de matrícula;
 - Grande número de alunos fora da escola em lista de espera;
 - Juvenilização ou descaracterização da EJA;
 - O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos -ENCCEJA como um dos possíveis fatores responsáveis pela queda de matrícula.
 - A EJA no diurno como aposta de enfrentamento aos desafios que chegam;
 - A formação parece ser uma linha de trabalho e de colaboração que podemos implementar;

Anexo VII

- Ideia de construir edital específico para garantir a efetivação da política em diálogo com a SEDU;
- Retomar e fortalecer o trabalho com as comunidades;
- Necessidade de formação que considere a questão das juventudes e das questões que envolvem o trato com esses segmentos.
- Pensar em formas de envolvimento da comunidade e de lideranças comunitárias onde há a possibilidade de oferta;
- Fortalecer a política intersetorial;
- A demanda dos professores é: **como lidar com a juventude que está se mutilando? Que intimida seus professores?**

Ações que podemos fazer? Eleger duas ações para focar

1. Fortalecer política intersetorial – reunir os secretários estadual e municipal, junto ao Fórum, IFES e NEJA
2. Estratégias de busca ativa;
3. Como grupo que vem se constituindo, temos como tarefa pensar juntos o que faremos no âmbito da formação;

Anexo VIII



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Av. Rio Branco, nº 50, Bairro Santa Lúcia, 29056-255 – Vitória – Espírito Santo
27 3235-1741 / 3227-5564 ramal 3004

À Pró-reitora de Ensino do Ifes

Adriana Piontkovsky Barcellos

Diante da publicação do edital Fapes n 09/2019, que estabelece a chamada pública para seleção de propostas de projetos de Iniciação Científica Júnior (ICJr) em todas as áreas do conhecimento, O Comitê Permanente da Educação de Jovens e Adultos do Instituto Federal do Espírito Santo, solicita ao Diretor-Presidente da Fundação de Apoio a Pesquisa e Inovação do Espírito Santo - Fapes, senhor Dênio Rebello Arantes, explicações quanto à exclusão da modalidade EJA do citado edital, conforme se percebe nas finalidades e edital:

Selecionar propostas de projetos de Iniciação Científica Júnior em todas as áreas do conhecimento, a serem desenvolvidos em parceria entre instituições da Rede Pública de Ensino Básico e Instituições de Ensino Superior e/ou de Pesquisa (IES/P), visando despertar nos estudantes da Rede (**com exceção de Educação de Jovens e Adultos - EJA**) a vocação para a ciência, para o desenvolvimento tecnológico, bem como para ações de inovação. Pretende-se com esse programa proporcionar formação de recursos humanos qualificados e como consequência contribuir para o desenvolvimento do Estado do Espírito Santo. (grifo nosso).

Este Comitê reconhece a importância e busca promover a modalidade EJA no Ifes e entende que a pesquisa é elemento fundamental nessa promoção, correspondendo ao que versa nosso Plano de Desenvolvimento Institucional (BRASIL, 2014, p. 45), ao vincular a prática da pesquisa ao processo formativo dos educandos jovens e adultos trabalhadores:

[...] utilizar pesquisa como fundamento da formação do sujeito, por compreendê-la como modo de produzir conhecimentos e fazer avançar a compreensão da realidade, além de contribuir para a construção da autonomia intelectual desses sujeitos/educandos.

Nesse sentido, a exclusão da modalidade de EJA do citado edital significa a injustificada impossibilidade de participação de grande contingente de estudantes das políticas de fomento à pesquisa, incorrendo em mais uma restrição dos processos formativos a que tanto foram vítimas os jovens e adultos trabalhadores do estado do Espírito Santo.

Comitê Permanente da Educação de Jovens e Adultos no Ifes

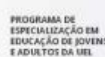
Portaria nº 1553 – D.O.U. de 13/07/2018

Anexo IX



ENCONTRO NACIONAL da EJA EPT (PROEJA) da REDE FEDERAL

apoio:



MEMÓRIA DO II ENCONTRO NACIONAL DA EJA-EPT (PROEJA) DA REDE FEDERAL

Londrina – PR, 2019

Sistematização

Amanda Tavares Nunes
Mad'Ana Desirée Ribeiro de Castro
Michele Chaves

Palavras Iniciais

É inegociável que a educação sistematizada e o compartilhamento de conhecimentos historicamente produzidos, que se dá por meio da escola, é uma das mais relevantes práticas sociais e deve ser garantida a todos os membros de uma sociedade escolarizada. Se considerarmos os indicadores nacionais, que apontam que mais de 80 milhões de brasileiros e brasileiras não concluíram a educação básica (INEP, 2017), torna-se imperativo e urgente que o poder público, a sociedade como um todo, e, especificamente, as instituições educativas e os modelos escolares vigentes, sejam fundamentalmente interrogados, quanto às demandas por acesso e permanência, historicamente negligenciadas e silenciadas junto às classes exploradas e oprimidas.

Situada no campo das disputas, defendemos que a escola se construa sobre a égide de uma prática educativa

emancipadora, com vistas: à promoção da participação qualificada dos sujeitos na construção de uma sociedade justa, portanto, endereçada à superação das desigualdades sociais; à capacidade de diálogo entre conhecimentos científicos, tecnológicos e a atuação crítica no mundo do trabalho, ao reconhecimento dos direitos humanos e sociais e às lutas pela sua efetivação.

O cenário político-econômico nacional avança nos retrocessos de direitos sociais, também na direção da precarização das condições de existência de grande parte da população brasileira, empurrando milhões de trabalhadoras e trabalhadores para situações de vulnerabilidades múltiplas, para lugares do não-acesso aos direitos sociais, outrora, conquistados. As desigualdades sociais no país, que eram inaceitáveis, tornam-se indecorosas e sabe-se que as desigualdades educacionais resultam, reforçam, ampliam e cristalizam essas condições de desigualdades sociais.

No sentido de participar de políticas de combate às desigualdades educacionais e de efetivação do direito social à escola, um conjunto de servidoras e servidores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) se mantiveram articulados desde o ano de 2017, redundando em encontros anuais realizados desde 2018. A realização do I e II Encontros Nacionais da EJA EPT da Rede Federal, exemplificam a articulação em rede pela expansão, fortalecimento e qualificação dessa modalidade na RFEPCT. Cumpre a este documento relatar e apresentar uma síntese das discussões do II Encontro Nacional da EJA - EPT (PROEJA), no qual é reafirmada a necessidade de seguir em diálogos institucionais para que essa política e seus desdobramentos curriculares e didáticos possam ser defendidos, assegurados, ampliados e fortalecidos nacionalmente.

II Encontro Nacional da EJA EPT (PROEJA) da Rede Federal

Nos dias 03, 04 e 05 de dezembro de 2019, foi realizado, na cidade de Londrina – PR, o II Encontro Nacional da Educação da EJA EPT (PROEJA) - da Rede Federal. O evento, sediado pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR), aconteceu nas dependências da Universidade Estadual de Londrina (UEM), por intermédio do curso de

Anexo IX

Especialização em Educação de Jovens e Adultos da mencionada universidade. A realização do evento é resultado da auto-organização de um coletivo de servidores/as da Rede Federal que se mantém articulado em torno da EJA EPT (EJA-EPT) e contou com fundamental apoio do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), em especial, do Fórum de Dirigentes de Ensino (FDE).

Foi deliberado e encaminhado no I Encontro Nacional, que ocorreu em Goiânia (maio de 2018) que o II Encontro seria realizado pelos Institutos Federais da Bahia é Baiano. No entanto, o ano de 2019 foi marcado por um severo contingenciamento orçamentário determinado pelo Governo Federal às Instituições Federais de Ensino, o que fez com que o primeiro planejamento tivesse que ser cancelado. Com a liberação dos recursos, ao final de outubro de 2020, a proposta do evento ressurgiu, mas obrigou os organizadores a correr contra o tempo. Foram cerca de 40 dias entre a proposição ao CONIF e a realização do evento, o que possivelmente dificultou a ampla divulgação e mesmo a participação de muitas pessoas. Ainda assim, o evento contou com **384 participantes** de todas as regiões do país, entre professoras e professores, técnicas e técnicos administrativos em educação e estudantes.

Dentre os presentes no evento é preciso ressaltar a importante participação de **82 estudantes** da EJA EPT (destacamos o IFG, IFPR, IFSUL e IFRJ), que ampliou e qualificou sobremaneira as discussões realizadas efetivamente com a comunidade EJA-EPT (PROEJA) da Rede Federal. A ampliação da participação estudantil é um dos desdobramentos do I Encontro, em que essa foi pautada. Tal participação ecoou de diversas formas e em diversos espaços do evento. Isso pode ser observado na sistematização dos relatos em que a ampliação da participação estudantil dos espaços políticos escolares foi demandada. A programação contou com um momento destinado à escuta aos estudantes, em que ficou evidente, em suas falas, o papel transformador da escola na forma como se vêem e suas relações no mundo.

Pautado pela necessidade de manter os diálogos atualizados intersetoriais e interinstitucionais, as trocas de experiências educativas, bem como, o levantamento dos principais obstáculos que a modalidade enfrenta nas diferentes instituições da rede, e as formas de enfrentamento dos desafios concretos, o evento se caracterizou, assim como na primeira edição, por relatos de experiências e diálogos horizontais e coletivos. Foram apresentados **59 relatos de experiências**

(Quadro 2), cujas problemáticas e propostas de intervenção foram registradas nas sessões. O resumo das sessões foi apresentado à plenária no último dia do evento, que gerou um conjunto de desafios e proposições organizados posteriormente em algumas categorias. A saber:

- 1. Políticas e Ações Institucionais** - Essa categoria abrange desafios e propostas que implicam a construção de políticas, programas e ações institucionais sistêmicas em âmbito nacional, regional e local. Bem como, políticas e ações institucionais em nível de cada Instituição, ou mesmo, no próprio Campus. Importa destacar a dimensão de formação pedagógica permanente como a mais expressiva demanda de políticas e ações institucionais que compõe essa categoria.
- 2. Dimensão Curricular** – Essa categoria compreende os desafios e propostas no âmbito da construção e reestruturação curricular na EJA-EPT (PROEJA); Aponta princípios orientadores teóricos e metodológicos que podem ser considerados na organização curricular dos cursos da modalidade.
- 3. Acesso e Permanência** - Entende-se que essa categoria perpassa a categoria 1, a 2 e a formação pedagógica permanente . Entretanto, diante da relevância das problemáticas que passam pelas condições de acesso e permanência, foi feita a escolha por jogar luz às proposições que têm sido assertivas no favorecimento do acesso, permanência e êxito dos estudantes da EJA-EPT (PROEJA).
- 4. Aspectos didático-metodológicos** – A presente categoria compreende desafios e propostas centradas em aspectos didático-metodológicos, ferramentas e estratégias de Ensino e Aprendizagem. Aqui se concentra o maior número dos relatos de experiência apresentados, que surge, talvez, como uma das respostas mais disponíveis no campo da ação docente cotidiana. Compreendemos que o aspecto pedagógico se traduz em uma dimensão muito importante do currículo, ao passo que materializa os princípios epistemológicos e teóricos, além de concepções de ensino e aprendizagem. Desse modo, os relatos de experiências dos aspectos metodológicos podem representar uma apropriação curricular dos princípios da EJA-EPT (PROEJA). Compreendemos também que os aspectos didáticos estão diretamente ligados à permanência ou pode ser um

Anexo IX

vetor para a evasão dos estudantes. Ainda assim, optamos pelo desmembramento dessa categoria a fim de destacar elementos importantes da dimensão que fortalecem a construção de um currículo integrado, com vistas à formação humana integral dos sujeitos, a saber: A construção de interfaces de diálogos multi e interdisciplinares, a contextualização, sobretudo, com temas de alta vivência dos estudantes, e o papel pedagógico da aprendizagem entre pares.

Como principais encaminhamentos do evento destacam-se a realização do III Encontro a ser sediado pelo Instituto Federal de Alagoas no ano de 2020, e o compromisso com diálogos vindouros junto ao Fórum de Dirigentes de Ensino (FDE/CONIF) com vistas à elaboração de Diretrizes Nacionais da EJA-EPT(PROEJA) da Rede Federal. Para fomentar a elaboração das políticas institucionais e as práticas cotidianas, apresentamos a síntese das principais problemáticas e desafios presentes nas discussões ao longo do II Encontro, bem como algumas propostas a elas associadas.

Quadro 1. Síntese das discussões ocorridas ao longo do evento e agrupadas a partir da sistematização dos principais desafios e propostas aprovada na plenária do encerramento do evento.

I. Políticas e Ações Institucionais	
Desafios/Problemáticas	Proposições
1. Cumprimento da obrigação legal de oferta de 10% de vagas nas instituições da Rede Federal.	<ul style="list-style-type: none">• Criar mecanismos de gestão para que o dispositivo legal da oferta de 10% das vagas destinadas ao público da Educação de Jovens e Adultos seja cumprido por cada instituição;• Demandar ao Conif a criação de mecanismos que induzam a abertura de Cursos na Modalidade EJA-EPT (PROEJA) para alcance da meta legal;• Induzir a abertura de cursos EJA - EPT (PROEJA), com ações tipo: Prioridade de movimentação de pessoal para composição de quadro profissional com perfil adequado, por exemplo;• Reforçar o compromisso ético e político da Rede Federal em relação à EJA - EPT. (PROEJA).
2. Reconhecer e normatizar institucionalmente as características da EJA - EPT (PROEJA) no âmbito da Rede Federal e de cada Instituição.	<ul style="list-style-type: none">• Construir Diretrizes Curriculares da EJA - EPT (PROEJA) da Rede Federal que considere as características dos sujeitos da EJA;• Instituir políticas que visem a oferta de cursos da EJA EP (PROEJA), a partir das demandas sociais, reconhecendo as características da modalidade, evitando a dependência e sobrecarga de esforços individuais de profissionais comprometidos com a EJA - EPT (PROEJA);• Valorizar, nos processos seletivos de contratação de profissionais tendo em vista experiência e formação em EJA.
3. Promover e garantir formação docente.	<ul style="list-style-type: none">• Construir ou consolidar, em âmbito institucional, e nos <i>campi</i>, políticas de formação inicial e continuada de profissionais para que as demandas/necessidades/especificidades pedagógicas da EJA - EPT (PROEJA) sejam efetivadas.

Anexo IX

<p>4. Fomentar ações de extensão com foco na EJA EPT (PROEJA).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar ações de extensão com a finalidade de aproximação dos sujeitos da EJA e do seu modo de vida; • Desenvolver projetos de extensão com o objetivo de contribuir para a estruturação e reestruturação de cursos.
<p>5. Construir estruturas articuladas de informações e diálogos para contribuir na proposição de Políticas Institucionais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reafirmar a necessidade de que haja Coordenação Institucional EJA - EPT (PROEJA) em cada Reitoria; • Mapear os Documentos que norteiam a proposta de organização curricular da EJA EPT (PROEJA) nas Instituições da Rede; • Criar espaços institucionais de diálogo entre a EJA EPT (PROEJA) e CONIF; • Criar uma plataforma de compartilhamento de experiências EJA-EPT (PROEJA) e contatos; • Criar um repositório para guardar documentos/práticas sobre experiências em EJA na Rede Federal; • Constituir Grupo de trabalho com o FDE para construção e proposição de Diretrizes para a EJA-EPT (PROEJA); • Criar Grupo de Trabalho para elaboração de documento que fomente a criação de material didático destinados aos cursos à EJA-EPT (PROEJA), resguardando a especificidades regionais.
<p>6. Primar pela participação discente nos espaços políticos e pedagógicos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir espaços pedagógicos para organização de pautas estudantis e promover o diálogo dessas pautas em outras instâncias.
<p>7. Incentivar a formação verticalizada dos estudantes da EJA-EPT (PROEJA).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver e implementar estratégias institucionais para favorecer a verticalização da formação dos estudante da EJA nas diversas modalidade e níveis de ensino que a instituição oferece; • Estimular, de acordo com o perfil do aluno, que ele continue sua formação mesmo que em outra instituição.
<p>8. Enfrentar a invisibilidade da EJA EPT nas instituições.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelos estudantes da EJA nos Câmpus; • Lançar editais específicos de iniciação científica com bolsas para EJA - EPT (PROEJA); • Incentivar a participação dos estudantes da EJA nas diversas atividade desenvolvidas pelos Câmpus; • Promover ações integradas entre cursos de licenciaturas e cursos da EJA - EPT (PROEJA).

Anexo IX

<p>9. Fortalecer os diálogos e os espaços coletivos na EJA- EPT (PROEJA).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover diálogos regionais e nacionais; • Criar espaço integrado (servidores e estudantes) de discussão objetivando institucionalização da EJA - EPT (PROEJA); • Assegurar a participação do estudante nos Conselhos de Classe; • Estabelecer diálogos da Coordenação da EJA-EPT (PROEJA) com outras instâncias institucionais que desenvolvem trabalho com estudantes desta modalidade.
<p>II – Dimensão Curricular</p>	
<p>1. Inserir a condição das mulheres nos currículos da EJA- EPT (PROEJA).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Equilibrar a distribuição da carga-horária diária e semanal considerando a jornada de trabalho das mulheres; • Estruturar os currículos respeitando a jornada de trabalho das estudantes.
<p>2. Elaborar os currículos a partir do princípio da ação coletiva de homens e mulheres, uma vez que este se constitui fundamento da EJA.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Criar cursos a partir da integração entre escola e comunidade; • Construir e revisar os currículos de forma coletiva, com a participação da comunidade e estudantes; • Formar de coletivos pedagógicos para realizar o acompanhamento efetivo dos cursos; • Fomentar estratégias para o desenvolvimento de práticas educativas coletivas; • Estabelecer diálogos entre os Fóruns de EJA e estimular a construção de Fóruns ou GT da EJA- EPT (Proeja) institucionais; • Assegurar o planejamento coletivo, garantindo espaço e destinação de carga-horária para esta atividade.
<p>3. Incorporar o acolhimento e cuidado como princípios curriculares e metodológicos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Construir e reconstruir o currículo a partir da escuta atenta e acolhedora aos estudantes; • Promover processos formativos em todos os setores da instituição (secretaria, biblioteca, demais servidores) com o objetivo de superar os preconceitos sofridos por estudantes da EJA-EPT (PROEJA); • Discutir com a comunidade interna que a atitude acolhedora em relação aos estudantes promove a permanência destes na instituição; • Promover ações de formação a partir de uma pedagogia do cuidado não-paternalista; • Promover ações de sensibilização, escuta e acolhimento do docente da EJA.

Anexo IX

<p>4. Compreender e construir tempos e espaços curriculares a partir da realidade dos estudantes-trabalhadores da EJA-EPT (PROEJA).</p>	<ul style="list-style-type: none">• Compatibilizar horário de trabalho de alunos com os horários das aulas;• Construir organizações curriculares em que as/os estudantes não tenham que ir ao Câmpus todos os dias;• Construir possibilidades para que algumas aulas possam ser ministradas em espaços mais próximos dos estudantes;• Estabelecer parcerias com instituições comunitárias e movimentos sociais para que dimensões do currículo, como a prática social coletiva, se efetive também fora da escola.
<p>5. Ampliar, garantir e qualificar a dimensão da prática profissional nos currículos.</p>	<ul style="list-style-type: none">• Estabelecer a integração entre teoria e prática social como princípio curricular;• Elaborar normativas legais para o reconhecimento dos saberes apropriados pelos estudantes fora da escola;• Colocar a relação entre teoria e prática no início e ao longo do curso;• Garantir atividades práticas em todo o percurso formativo;• Garantir prática profissional nos currículos;• Fomentar a criação de Incubadoras como estratégia de articulação entre teoria e prática;• Efetivar atividades como as feiras da agricultura familiar como ação que articula currículo e geração de renda;• Reafirmar os princípios e práticas do currículo integrado.
<p>6. Contemplar nos currículos a arte, a cultura corporal e o bem-estar físico e mental.</p>	<ul style="list-style-type: none">• Garantir tempo e espaços adequados para o desenvolvimento das atividades de arte;• Incluir o componente curricular educação física ou cuidados físicos e mentais no currículo, com atividades apropriadas às especificidades dos estudantes.

Anexo IX

<p>7. Construir as ementas dos componentes curriculares a partir dos princípios emancipatórios da EJA e da EPT.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Interrogar os componentes curriculares nos PPCs quanto a pertinência de certos conteúdos que não dialogam com as demandas da EJA e da EPT; • Problematicar os modelos e a tradição curricular nas ementas dos cursos da EPT; • Organizar o currículo por temas que se vinculam às vivências e que sejam relevantes para os estudantes.
<p>8. Construir um currículo que considere a diversidade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar currículos que considerem a diversidade na composição das turmas da EJA-EPT (PROEJA), prevendo atividades pedagógicas em que se aprenda com a diversidade de idade, experiência de vida, identidade de gênero e orientação sexual.
<p>9. Reafirmar a formação integrada em Cursos FIC EJA- EJA.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver cursos FIC, com vistas à formação integrada, a partir dos princípios teóricos e práticos da Educação Popular; • Os cursos FIC devem prever a elevação da escolaridade e promover formação integração dos sujeitos, apontando para a verticalização formativa; • Garantir direito à moradia aos estudantes do Curso FIC Agente de Regularização Fundiária e a outros cujos cursos exigem a permanência destes vários dias na escola.
<p>III – Acesso e Permanência</p>	
<p>1. Adequar processo seletivo à realidade dos estudantes.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover processo seletivo diversificado, considerando as características dos estudantes; • Compor turmas a partir de projetos de extensão realizados com as comunidades das periferias; • Usar metodologias de busca ativa para o público da EJA.
<p>2. Compor turmas com estudantes que concluíram a Educação Básica que regressam aos Cursos EJA-EPT(PROEJA) buscando qualificação profissional e o currículo diferenciado.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a inserção da instituição junto à comunidade para que conheçam outros cursos, como os subseqüentes.
<p>3. Ampliar as condições de acesso.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar e flexibilizar os períodos de matrícula; • Quando a seleção for pela internet, garantir, na escola, acesso a computadores e auxílio para a inscrição; • Prever reingresso do estudante, após abandono temporário do curso.
<p>4. Fortalecer as ações da Assistência Estudantil.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar e fortalecer programas institucionais de auxílio estudantil para atender às necessidades específicas dos estudantes, visando a permanência destes nos cursos.

Anexo IX

<p>5. Dirimir os preconceitos e hostilidade em relação aos estudantes da EJA-EPT (PROEJA).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover ações de ampliação de pertencimento do estudante à instituição; • Promover atendimento acolhedor, respeitoso, empático e sensível à realidade social dos/das estudantes da EJA-EPT (PROEJA).
<p>6. Apoiar os estudantes em suas questões de saúde mental e física.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar ações visando o tratamento da depressão que acomete muitos estudantes da EJA-EPT (PROEJA) • Estabelecer acompanhamento pedagógico aos estudantes; • Criar rede de apoio institucional visando a permanência dos estudantes.
<p>7. Garantir o traslado do público para chegar à escola.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar parcerias com escolas municipais, estaduais, igreja, centros comunitários e outros para garantir o traslado dos estudantes à instituição; • Garantir transporte às comunidades quilombolas e outras com dificuldades de acesso à instituição.
<p>8. Apoiar os estudantes na sua relação com o mundo do trabalho.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar propostas junto às seções de estágios e relações comunitárias da instituição com vistas à articulação com setores empregadores da região; • Dialogar com as empresas terceirizadas prestadoras de serviços para os IFs com vistas a empregar os estudantes do IFG.
<p>9. Mapear experiências de cursos que possam ser referências em permanência</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Colocar no próximo Encontro Nacional de EJA-EPT uma mesa que aborda a questão da permanência, com estudos acadêmicos e experiências exitosas.
<p>IV – Aspectos Pedagógicos</p>	
<p>1. Superar o ensino descontextualizado e fragmentado.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Incorporar nos processo educativo temáticas sobre a memória social e individual, pertencimento e consciência histórica; • Usar o caderno de registros como estratégia metodológica de ensino aprendizagem de língua portuguesa; • Promover diálogos entre os conhecimentos construídos pela comunidade e os conhecimentos curriculares.

Anexo IX

<p>2. Superar métodos avaliativos excludentes e que não levam em consideração os princípios da EJA - EPT(PROEJA).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Construir formas mais adequadas de avaliação da aprendizagem nesta modalidade de ensino - usar, por exemplo, memorial descritivo; portfólios; reconhecimento dos saberes discentes dentre outros; • Estimular a autoavaliação e avaliação processual, alinhando os objetivos de aprendizagem com instrumentos avaliativos; • Quando possível, expressar o resultado da avaliação por parecer descritivo.
<p>3. Realizar atividades de Ensino e Aprendizagem entre pares.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver ações de monitoria específicas para os estudantes da EJA-EPT; • Integrar ações de formação inicial das licenciaturas às práticas pedagógicas na EJA-EPT; • Construir estratégias didáticas nas disciplinas que considerem os conhecimentos elaborados pela diversidade cultural dos estudantes da EJA, dentre elas: a geracional, sexual, política, artística e outras.

Quadro 2. Títulos dos Relatos de Experiências apresentados no II Encontro Nacional da EJA EPT

Títulos das Experiências Relatas	Instituição
A Prática Docente na Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional Técnica: Estratégias de Permanência Através da Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão - Técnicos em Hospedagem e em Cozinha	IFAL
Coordenação de EJA-EPT: Transversalidade do Cuidado.	IFSUL
Diálogo entre o Etnoconhecimento e Educação de Química Orgânica na EJA/EPT: uma abordagem da linguagem química presentes nas práticas tradicionais amazônicas	IFAM
Núcleo de Práticas de Educação Matemática cidadã: NUPEMCI: Um encontro da EJA com a matemática	IFRJ
Currículos de referência para a modalidade EJA no IFSP: uma possibilidade para a construção de espaços formativos	IFSP
O rústico na antiguidade em faces: experiência de um projeto coletivo	IFAL
Análise de relatos de professores da base técnica sem formação pedagógica do proeja no IFAM campus Eirunepé	IFAM
EJA-FIC Defensoras e Defensores Populares – Direitos Humanos na Periferia de Curitiba, PR	IFPR
Gerando alternativas de emprego e renda para mulheres em situação de vulnerabilidade, a partir de saberes e sabores - uma experiência de ação de extensão associada ao curso Técnico Integrado em Cozinha (EJA), do Instituto Federal de Goiás (IFG/Câmpus Goiânia).	IFG
Estratégias e técnicas aplicadas no ensino da contabilidade: Experiências na formação técnica de jovens e adultos com discente de inclusão.	IFSUL
Elaboração de PPC Técnico em Logística: Diálogos Significativos.	IFAM
"Projeto de extensão no curso técnico em comércio do Instituto Federal Farroupilha – campus Júlio de Castilhos: aliando a teoria à prática"	IFFarrou pilha

Anexo IX

A monitoria para o ensino de matemática no proeja de Caraguatatuba	IFSP
Ciclo de formação continuada para atuação nos cursos da eja/ept do IFAM: tempos e espaços sistêmicos na perspectiva da permanência e do êxito escolar	IFAM
Memorial descritivo: momentos memorialísticos no itinerário do estudante do PROEJA do IFMT <i>campus</i> Rondonópolis	IFMT
A Música e o Teatro como mediação em uma experiência educacional com Proeja no IFRJ	IFRJ
Formação inventiva de professores na EJA: resistência e experiência	IFRJ
Feiras da agricultura familiar: organizando eventos pelo Brasil	IFPB
Miniprensa_Agroinpão	IFFarroupilha
Gestão do curso EJA/EPT, com foco no protagonismo estudantil, no colégio técnico industrial de Santa Maria	UFMS
Relato de experiência da primeira turma do PROEJA em comunicação visual de São Miguel Paulista	IFSP
Quando algo se perde, a arte faz questão de lembrar	IFSUL
Reestruturação dos projetos pedagógicos de cursos EJA/EPT (PROEJA): A experiência do Instituto Federal Farroupilha	IFFarroupilha
Escrevendo relatos, construindo saberes: o uso do caderno de registros como estratégia metodológica de ensino aprendizagem de língua portuguesa	IFAL
Dinâmica de aula de Matemática e Língua Inglesa: relato de uma experiência interdisciplinar em uma turma do curso de técnico em administração / Proeja	IFAM
Do vazio institucional ao acesso a direitos – luta coletiva no Proeja do IFRS – Campus Sertão	IFRS
O texto publicitário como estratégia de venda: uma reflexão sobre o uso social da língua portuguesa	IFAM
Estação de tratamento de água de baixo custo	IFAP
Do exercício prático ao abstrato: uma experiência prática como caminho para a construção da abstração em Matemática	IFSUL
Experiências de ensino e aprendizagens no tempo social do PROEJA FIC IFFAR	IFFAR
Diálogo Português/Biologia: Praticando a interdisciplinaridade por meio da construção de resenhas sobre ecologia/meio ambiente	IFRN
Perfis docentes na atuação dos cursos eja: necessidades de adequação(?)	IFAM
Incubadora _Ágrias Eventos	IFPB
Agente de regularização fundiária: em busca do Direito Constitucional à Moradia	IFPR
Educação de Jovens e Adultos do Campus Campo Largo	IFPR
Feira do Empreendedor Indígena	IFAM
Talking about the past - ensino de língua inglesa a partir da abordagem Construcionista, Contextualizada e Significativa e do Desenho Universal para Aprendizagem	IFSP
Gestão na EJA/EPT: escutar com amorosidade.	IFRS
Perspectivas e história de vida dos educandos nos cursos PROEJA-FIC no IFTO <i>campus</i> Palmas, um diálogo inicial	IFTO
Relato de experiência sobre o uso do aplicativo google sala de aula: Possibilidades pedagógicas no ensino da matemática	IFRJ

Anexo IX

Análise de relatos de professores da base técnica sem formação pedagógica do proeja no IFAM campus Eirunepé	IFAM
Projeto integrador: Coração Solidário	IFSUL
Utilização do caroço de açaí na construção de manta térmica: produto sustentável desenvolvido pelos alunos do PROEJA	IFAP
EJA e a aprendizagem dinâmica de conceitos sociológicos	IFG
Uso de uma atividade experimental na perspectiva STEM: uma proposta para a educação de jovens e adultos	IFPR
O jogo dos mudos: Uma dinâmica envolvendo matemática e relações interpessoais	IFSUL
Pela institucionalidade da EJA-EPT: a experiência do Fórum de Educação de Jovens e Adultos no IFRJ (FEJA).	IFRJ
"Conhecer para preservar": A valorização do Patrimônio Cultural através da modelagem em barro.	IFAL
Adaptação de instrução por pares: Aplicação em turma de PROEJA	IFRS
PROEJA técnico em agroindústria: Construção, trajetória e fechamento do curso	IFPR
Uma metodologia para o ensino de aritmética na EJA com o uso do aplicativo Quiz Classroom	IFRJ
Minha experiência na EJA	IFSUL
Trabalhos de campo e interdisciplinaridade: da sala de aula à Missões Jesuíticas-guaraníticas	IFSUL
A EJA interpela a matemática: Uma experiência com alunos da EJA e da licenciatura em Matemática – IFG	IFG
Uma Experiência com Monitoria Acadêmica de Matemática no PROEJA: Expectativas e Desafios no Atendimento de Alunos Com ou Sem Necessidades Específicas	IFRJ
Formação continuada: exercícios de busca à integração curricular e inovação das práticas pedagógicas e avaliativas no curso técnico em guia de turismo integrado ao ensino médio na modalidade EJA	IFES
A implementação do PROEJA no IFPR: Para mais além do que uma andorinha sozinha para fazer verão.	IFPR
Projeto empreendedor: Possibilitando Experiências e Vivências Práticas na Formação de Jovens e Adultos	IFSUL

Anexo X

CONSIDERAÇÕES SOBRE O USO DE FERRAMENTAS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM SUBSTITUIÇÃO AO ENSINO PRESENCIAL NOS CURSOS PROEJA DO IFES – CAMPUS VITÓRIA¹

Bruno dos Santos Prado Moura²

A situação de excepcionalidade na qual vivemos em decorrência da pandemia do *Covid-19* empurra nossa sociedade a pensar no imponderável, isto é, agir diante da incerteza a respeito do que nos reserva o futuro. Seguindo as recomendações da Organização Mundial da Saúde e dos órgãos de saúde nacional e estadual, medidas foram anunciadas pela gestão do Ifes no sentido de promover aquela que até o momento tem sido a resposta mais eficiente no controle da doença: o isolamento social.³

Diante de tal cenário e premidos pela necessidade de responder as urgências do cotidiano somos levados a nos posicionar sobre alternativas para o prosseguimento das atividades letivas na atual conjuntura. Nesse sentido, o Ifes realizou uma pesquisa para obter informações quanto a uso de tecnologias da informação e comunicação por estudantes.⁴ Os resultados apontam possibilidades, mas também grandes desafios que nos obrigam a ter cautela, particularmente quanto ao universo de estudantes jovens e adultos atendidos pelo Ifes.

Fazendo uma análise preliminar dos resultados, observa-se que a maioria dos respondentes são de cursos de graduação ou técnico integrado de nível médio. Como se vê na imagem abaixo:

¹ A escrita desse texto contou com a colaboração da pedagoga Edna Scopel, a quem agradeço pelas informações indicadas.

² Professor do Ifes – *campus* Vitória. Coordenadoria do Proeja. Coordenadoria do Curso Técnico em Guia de Turismo.

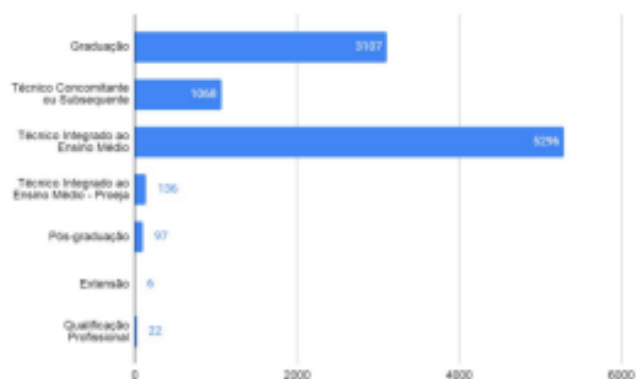
³ <https://www.ifes.edu.br/noticias/19231-ifes-permanecera-com-aulas-presenciais-suspensas-ate-o-dia-17-de-abril>. Acesso 03/04/2020.

⁴ <https://vitoria.ifes.edu.br/noticias/17282-ifes-divulga-pesquisa-sobre-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao>. Acesso 03/04/2020.

Anexo X

Imagem 1: Percentual de respondentes por nível.

Percentual de respondentes por nível



Fonte: Pró-Reitoria de Ensino – Ifes.

Considerando as informações contidas no gráfico, esses dois grupos somados constituem 86,34% do total de respondentes.⁵ Resultado que ajuda a entender as projeções mostradas em outros gráficos, como se vê abaixo:

Imagem 2: Conhecimento sobre o AVA.⁶

⁵ Conforme as informações contidas na apresentação, responderam ao questionário um quantitativo de 9717 estudantes até o horário de 17h32 do dia 31/03/2020. Contudo, somando os valores presentes no gráfico da imagem 1, chegamos ao valor de 9.732. Consideramos esse valor para os cálculos. Somando-se o total de estudantes da graduação com o de estudantes dos cursos técnicos integrados de nível médio, chega-se ao número de 8403. Esse valor corresponde ao percentual mencionado.

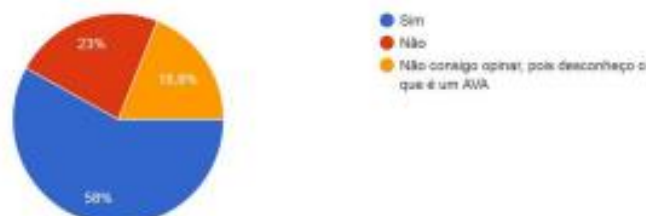
⁶ Vê-se que nesse gráfico o valor de respostas não corresponde ao número de respondentes informado na apresentação. Como não sabemos qual das informações é a correta, trabalhamos com a informação sobre o número de respondentes, isto é, 9717.

Anexo X

Conhecimento sobre o AVA

Você já acessou o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) - Moodle do Ifes?

9.737 respostas



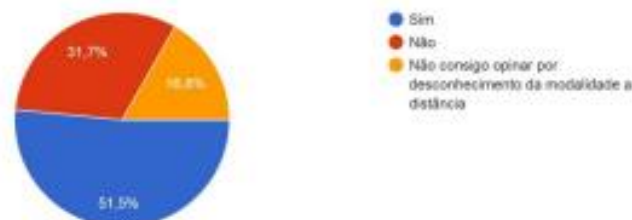
Fonte: Pró-Reitoria de Ensino – Ifes.

Imagem 3: Sobre a substituição das aulas por EaD.⁷

Sobre a substituição das aulas por EaD

Você é favorável a substituição das aulas presenciais por aulas a distância em seu curso?

9.738 respostas



Fonte: Pró-Reitoria de Ensino – Ifes.

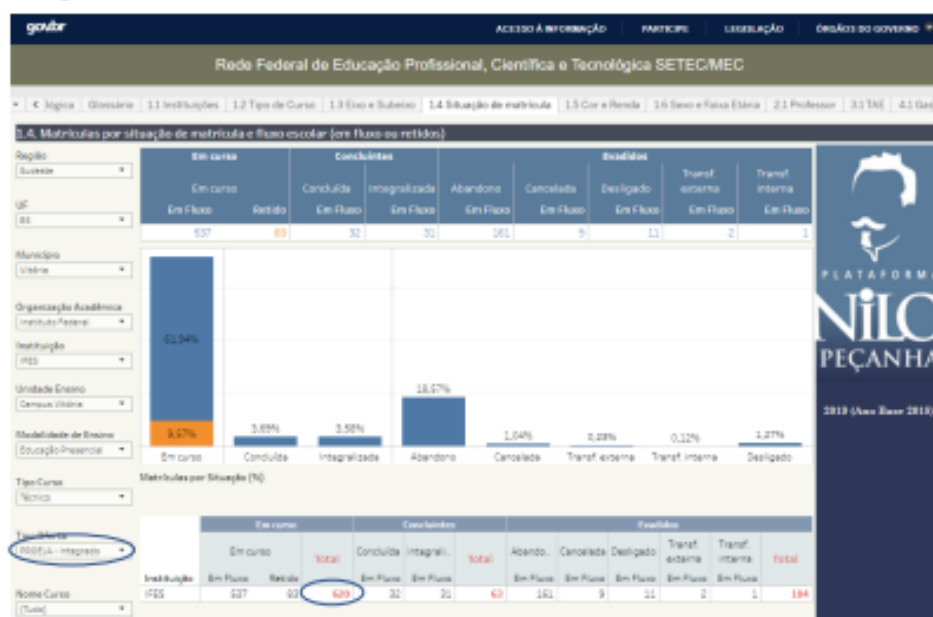
À luz dessa análise preliminar, ao olharmos para o número de respondentes dos cursos Proeja, um alerta se acende: do total de respondentes apenas 136 estudantes frequentam cursos do programa. Esse número corresponde a 1,4% do total de respondentes. Ao observarmos o universo de estudantes matriculados em cursos Proeja no Ifes – *campus* Vitória, esse percentual – que já é bastante pequeno na amostra da pesquisa – ganha relevância capital.

⁷ Ver nota 4.

Anexo X

Dados da Plataforma Nilo Peçanha⁸ nos esclarecem que esse percentual está longe de representar o público da modalidade EJA no Ifes – *campus* Vitória. Vejamos a imagem abaixo:

Imagem 4:



Fonte: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2019.html>. Acesso 03/04/2020.

Conforme se vê na imagem, o número de estudantes na situação *Em curso* nos cursos Proeja Integrado, isto é, estudando nos cursos independente da situação, corresponde a 620.⁹ Ao fazermos a proporção entre o número de respondentes e o número de estudantes *Em curso* no Proeja, percebemos que a amostra da

⁸ <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2019.html>.

⁹ Observe as áreas circuladas correspondentes ao *tipo de oferta* e ao quantitativo de estudantes na situação *Em curso*.

Anexo X

pesquisa equilave a 22% do universo de estudantes, o que nos permite afirmar que outros 78% ficaram de fora da consulta realizada.

Essa análise preliminar nos alerta para o necessário cuidado com relação aos posicionamentos que serão tomados quanto ao uso de tecnologias da informação e comunicação para o público da EJA no Ifes – *campus* Vitória. À guisa de reforçar a argumentação aqui desenvolvida, vale a pena retomar alguns princípios fundamentais para a modalidade presentes em um documento oficial de grande relevância para a compreensão do papel da EJA na nossa instituição e na sociedade brasileira, de modo a retirar o pó da visão e buscar enxergar com mais clareza as ações que desenvolvemos.

O documento referido consiste no Parecer do Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, aprovado em 10 de maio de 2000.¹⁰ Nesse documento faz-se todo um resgate teórico e histórico sobre a modalidade EJA, buscando fundamentar sua oferta e estabelecer as balizas fundamentais para sua efetivação nas instituições de ensino. Para os fins desse texto, resgatarei desse documento a fundamentação sobre as funções da EJA.

Um dos princípios que devem balizar nossa discussão sobre o uso de ferramentas de tecnologia de informação e comunicação para os cursos Proeja se refere às funções da modalidade EJA, calcadas naquilo que ela representa no sistema educacional brasileiro. Conforme menciona o Parecer:

[...] a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea.¹¹

¹⁰ CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Parecer 11. **Diário Oficial da União**, Brasília, 09 jun. 2000. Seção 1e.

¹¹ CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2000, p. 5.

Anexo X

Em outras palavras, a EJA é uma resposta ao processo de exclusão social imposto à homens e mulheres durante sua trajetória de vida. Consiste, portanto, numa forma de inclusão social. Tal princípio não se faz no vazio da problematização teórica, histórica e social – situação que permite a assunção de tantas ofertas e práticas que mais se aproximam da filantropia do que de realizações comprometidas com a emancipação social e intelectual dos educandos. Ele se funda na realização de três funções que exprimem de forma clara o papel histórico-político atribuído a EJA. São elas as funções reparadora, equalizadora e qualificadora.¹²

A função reparadora remete à dívida social para com os excluídos da sociedade brasileira:

No Brasil, esta realidade resulta do caráter subalterno atribuído pelas elites dirigentes à educação escolar de negros escravizados, índios reduzidos, caboclos migrantes e trabalhadores braçais, entre outros. Impedidos da plena cidadania, os descendentes destes grupos ainda hoje sofrem as consequências desta realidade histórica. Disto nos dão prova as inúmeras estatísticas oficiais. A rigor, estes segmentos sociais, com especial razão negros e índios, não eram considerados como titulares do registro maior da modernidade: uma igualdade que não reconhece qualquer forma de discriminação e de preconceito com base em origem, raça, sexo, cor idade, religião e sangue entre outros. Fazer a reparação desta realidade, dívida inscrita em nossa história social e na vida de tantos indivíduos, é um imperativo e um dos fins da EJA porque reconhece o advento para todos deste princípio de igualdade.¹³

Como destacado pelo documento, reparar aqui não remete à ideia de suprir uma falta, como se a ausência daqueles conhecimentos escolares “perdidos” por jovens e adultos que não estudaram na “idade certa” pudesse ser resolvida com a mera reposição. Não é esse o sentido que embasa a função reparadora da EJA. Essa função remete ao princípio fundamental do direito a uma escola de qualidade. Se trata da garantia do acesso real a um bem real, social e simbolicamente relevante.¹⁴ É importante destacar que a ideia de “suprir uma falta” vem muito carregada de uma visão individualizante do processo de

¹² CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2000, p. 6-12.

¹³ CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2000, p. 6.

¹⁴ *Ibid*, p. 7.

Anexo X

exclusão a que são submetidos jovens e adultos trabalhadores que retornam à escola. Visão essa que leva muitos estudantes a carregarem consigo uma culpa pela sua ausência na escola.¹⁵ Seguindo por outra perspectiva, o Parecer insere a situação dos estudantes da modalidade no histórico de exclusões promovidos pela sociedade brasileira, desconstruindo, portanto, o caráter individualizante contido nas propostas de suplência que vigoraram no Brasil por décadas.

A função reparadora, consiste, assim, o ponto de chegada na medida em que representa o acesso ao direito a educação. Porém, ela estabelece também um novo ponto de partida. Conforme destaca o Parecer,¹⁶ “neste momento a igualdade perante a lei, ponto de chegada da função reparadora, se torna um novo ponto de partida para a igualdade de oportunidades.”

Esse novo ponto de partida diz respeito à função equalizadora. Garantido o acesso dos jovens e adultos trabalhadores ao direito à educação, sua inserção nos sistemas escolares extrapola o ideal de universalização que supõe o princípio “a todos as mesmas oportunidades”. O Parecer (2000, p. 9) destaca que “a função equalizadora da EJA vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados.” Em um primeiro plano, evidencia-se a necessidade de abertura de vagas para todos/as os/as que tiveram interdidas as possibilidades de acesso ao direito a educação. Em outro plano, é destaca o caráter de modalidade da EJA, isto é, sua especificidade, com práticas e metodologias adequadas ao perfil do público que a acessa.

A EJA busca formar e incentivar o leitor de livros e das múltiplas linguagens visuais juntamente com as dimensões do trabalho e da cidadania. Ora, isto requer *algo mais* desta modalidade que tem diante de si pessoas maduras e talhadas por experiências mais longas de vida e de trabalho. Pode-se dizer que estamos diante da função equalizadora da EJA.¹⁷

¹⁵ Tal visão, por outro lado, reforça um olhar da instituição escolar que imprime uma postura asséptica com relação aos estudantes da EJA e suas histórias. Isto é, sendo dele a culpa pelo “atraso” nos estudos, cabe a ele também adequar-se ao que, benevolmente, a instituição escolar oferta.

¹⁶ *Ibid*, p. 9.

¹⁷ CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2000, p. 9-10, grifo nosso.

Anexo X

O *algo mais* requerido pela EJA é o fator capaz de garantir a equidade no processo de ensino-aprendizagem, como destacado pelo Parecer:

A equidade é a forma pela qual se distribuem os bens sociais de modo a garantir uma redistribuição e alocação em vista de mais igualdade, consideradas as situações específicas.¹⁸

Nesse sentido, a EJA configura-se como uma educação para todos/as, sem distinções:

[...] a educação de jovens e adultos representa uma promessa de efetivar um caminho de desenvolvimento de todas as pessoas, de todas as idades. Nela, adolescentes, jovens, adultos e idosos poderão atualizar conhecimentos, mostrar habilidades, trocar experiências e ter acesso a novas regiões do trabalho e da cultura. Talvez seja isto que Comenius chamava de *ensinar tudo a todos*. A EJA é uma promessa de qualificação de vida para todos, inclusive para os idosos, que muito têm a ensinar para as novas gerações.¹⁹

Completando a tríade de funções da EJA, temos a função qualificadora. Se as funções reparadora e equalizadora representam, respectivamente, o acesso ao direito e um usufruto que contemple as especificidades de homens e mulheres trabalhadores/as que acendem ao sistema educacional, a função qualificadora conforma o sentido da própria EJA: a possibilidade de atualização dos conhecimentos por toda vida, ou a possibilidade de educação por toda a vida. Como destacado do Parecer:²⁰

Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares. Mais do que nunca, ela é um apelo para a educação permanente e criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade.

Como se pode perceber, as três funções da EJA dão a ela uma definição muito clara quanto a seu papel como modalidade educativa. Ao mesmo tempo, acende um farol capaz de iluminar nosso caminho nessa conjuntura desafiadora e imponderável provocada pela pandemia.

¹⁸ *Ibid*, p. 10.

¹⁹ CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2000, p. 10, grifado no original.

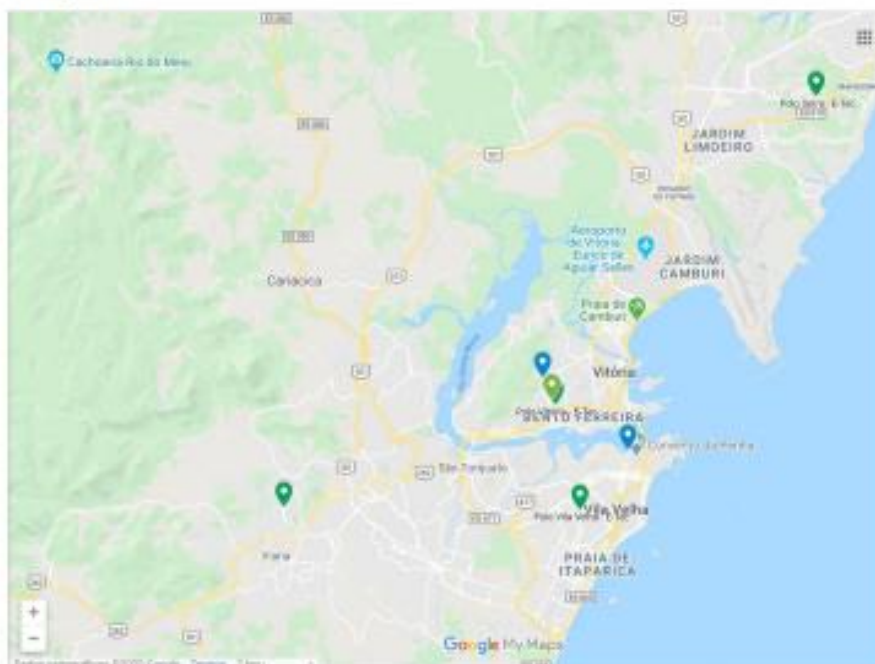
²⁰ *Ibid*, p. 11.

Anexo X

De posse desses argumentos, podemos fazer algumas considerações sobre o uso de tecnologias de informação e comunicação nos cursos do Proeja do Ifes – *campus Vitória*.

Partimos do pressuposto de que o uso de tais tecnologias não pode se sobrepor aos princípios fundamentais da modalidade EJA, aqui sintetizados a partir das três funções acima discutidas. Os avanços tecnológicos não podem se dar a custa de novas formas de exclusão. Assim, entendemos que havendo a possibilidade de uso dessas tecnologias, muitas delas associadas a EaD, deve-se ter claro que a instituição precisa garantir polos de acesso a computadores e internet a todos/as os estudantes, algo já existente levando em consideração a estrutura do Cefor²¹ na Grande Vitória, conforme se observa na imagem abaixo:

Imagem 5:



Fonte: https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1WKkPIU6wGY4Zvch-zFqfuN_kfoE&ll=-20.286747132981773%2C-40.33881326496345&z=12. Acesso 04/04/2020.

Contudo, ao considerarmos que a medida mais eficiente até o momento no combate ao Covid-19 é o isolamento social, não é prudente – senão

²¹ Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância.

Anexo X

irresponsável – exigir que os estudantes se desloquem a um polo para dar conta de tarefas elaboradas pelos docentes, sob o risco de disseminar ou contrair o vírus. Portanto, esse argumento anula o primeiro.

Por outro lado, se considerarmos a possibilidade de cada estudante possuir um computador com acesso à internet ou mesmo um celular do tipo *smartphone* com acesso à rede *Web*, e partirmos para o uso desses suportes como mediadores entre a instituição e os estudantes, estaremos praticando uma clara transferência de responsabilidade, pois se jogará no limbo da exclusão centenas de estudantes sem acesso a tais meios ou que não dominam os códigos da aprendizagem *online*.

É de amplo conhecimento as dificuldades apresentadas por inúmeros estudantes, inclusive jovens, em lidar com os suportes tecnológicos. Elas são percebidas nas rotinas escolares, em que tarefas simples como enviar um arquivo para um *e-mail*, salvar um arquivo em um *pendrive* ou utilizar uma ferramenta para execução de trabalhos escolares tornam-se verdadeiras epopeias. Tais situações exigem a presença do educador, cujo trabalho perpassa a mediação da aprendizagem, mas também a construção da autoconfiança com os estudantes. Nesse sentido, qualquer entusiasmo quanto ao uso de tais tecnologias deve ser acompanhado do olhar prudente e responsável para as especificidades dos sujeitos que estarão sozinhos diante do imperativo de ter de dar conta de uma tarefa, com prazos e regras específicos.

Ademais, não se pode esquecer que as condições familiares e sociais dos estudantes têm impactos significativos no desenvolvimento da aprendizagem. Sabemos que muitos dos estudantes do Proeja habitam as periferias da Grande Vitória, acumulam em suas casas a responsabilidade do cuidado com parentes, crianças ou idosos, não possuem espaços específicos para estudos em suas casas, dependem dos computadores da instituição para realizar diversas tarefas na internet, inclusive particulares, e nesse contexto de isolamento social, sofrem com as dificuldades para garantir o sustento de si e da família, haja vista a condição de trabalho informal a que muitos deles está submetida.

Anexo X

Uma das possibilidades aventada tem sido o uso do celular com acesso a internet para permitir aos estudantes acessar os conteúdos *online*. Porém, corremos o sério risco de aumentar a desigualdade caso se opte por tal caminho. Segundo a pesquisa TIC Domicílios 2018,²² “85% dos usuários de internet das classes D e E acessam a rede exclusivamente pelo celular, e somente 13% se conectam tanto pelo aparelho móvel quanto pelo computador.”²³ A maioria dos acessos via celular se dá por meio de planos pré-pago ou “controle”, conforme menciona a notícia citada:

Segundo estudo da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), 55% dos acessos móveis do país são pré-pagos. E sabe-se que boa parte dos usuários pós-pago são clientes “controle”, que pagam uma taxa fixa mensal, mas têm um limite, em geral, bastante estrito de tráfego de dados.²⁴

Portanto, consideramos temerário o uso de tais tecnologias na atual conjuntura sem uma efetiva discussão sobre os impactos sobre aqueles/as cujo acesso a suportes tecnológicos é interditado. Precisamos fazer essa discussão deixando de lado o moralismo que comumente lê de maneira pejorativa os usos feitos pelos estudantes dos suportes tecnológicos e partindo para o ponto que de fato importa: o direito efetivo a uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Ao observarmos que: a) a pesquisa realizada pelo Ifes não traz números convincentes capazes de nos permitir concluir que o uso de tais tecnologias é uma opção adequada, na atual conjuntura, para o público dos cursos Proeja do Ifes – campus Vitória; b) o público da EJA do campus, em sua maioria, tem o perfil das classes D e E mencionados na pesquisa mencionada acima e utilizam pacotes de dados limitados para acessar a rede *Web* ou, quando estão na

²² Pesquisa realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação – Cetic.Br e disponível em: <<https://www.cetic.br/arquivos/domicilios/2018/domicilios/#tabelas>>. Acesso 04/04/2020.

²³ NEXOJORNAL. **Como o ensino a distância pode agravar a desigualdade**. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/debate/2020/Como-o-ensino-a-dist%C3%A2ncia-pode-agravar-as-desigualdades-agora?utm_medium=Social&utm_campaign=Echobox&utm_source=Twitter#Echobox=1585953571>. Acesso 04/04/2020.

²⁴ NEXOJORNAL. **Como o ensino a distância pode agravar a desigualdade**. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/debate/2020/Como-o-ensino-a-dist%C3%A2ncia-pode-agravar-as-desigualdades-agora?utm_medium=Social&utm_campaign=Echobox&utm_source=Twitter#Echobox=1585953571>. Acesso 04/04/2020.

Anexo X

escola, fazem uso da rede *Wi-Fi* disponibilizada pela instituição; verificamos que optar pelo uso de tecnologias da informação e comunicação significará alijar grande contingente de estudantes do processo formativo escolar.

Tal constatação não está isolada no universo educacional brasileiro. Segundo reportagem do Jornal Folha de São Paulo,²⁵ 38 das 63 universidades federais do país optaram por não usar o ensino a distância durante a quarentena, argumentando que não podem garantir a oferta com a mesma qualidade do ensino presencial e garantir que todos os estudantes tenham acesso ao conteúdo.

Na mesma linha, o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – SINASEFE, manifesta-se contrário ao uso da EaD como alternativa para a atual conjuntura, destacando que:

[...] tanto docentes quanto estudantes, têm condições diversas de acesso a equipamentos, materiais virtuais e conexão à internet, o que impõe uma cobrança injusta, e pode acarretar em doenças laborais e emocionais, em um momento em que toda a sociedade se encontra fragilizada. Ressaltam também as condições de profissionais e estudantes com filhos em casa, o que resulta em uma sobrecarga de demanda com os cuidados e tarefas domésticas.²⁶

Dessa maneira, entendemos que fazer educação de jovens e adultos significa em primeiro plano estar atento aos princípios fundamentais que norteiam a modalidade, de modo a compreender que adequações apressadas nos modos de oferta provocam um grande impacto nos estudantes. A EJA surge pelo primado maior da inclusão, assim, qualquer medida que signifique alijar um segmento que seja desse público do acesso a escola deve ser rejeitada de imediato. A diversidade do público da EJA, que perpassa desde jovens a idosos, tem sido ampliada ainda mais com a presença dos estudantes com

²⁵ FOLHA DE SÃO PAULO. **60% das universidades federais rejeitam ensino a distância durante quarentena.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/03/60-universidades-federais-rejeitam-ensino-a-distancia-durante-quarentena.shtml?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=compfb>. Acesso 04/04/2020.

²⁶ SINASEFE. **SINASEFE e Andes-SN defendem suspensão do calendário escolar em todo o país.** Disponível em: <<https://sinasefe.org.br/site/sinasefe-e-andes-sn-defendem-suspensao-do-calendario-escolar-em-todo-o-pais/>>. Acesso 04/04/2020.

Anexo X

necessidades específicas, cujos números tem se ampliado cada vez mais nos cursos Proeja do Ifes – *campus* Vitória, abrindo novas frentes de trabalho e desafiando o trabalho docente a cada dia. Assim, todo o espectro de sujeitos da EJA deve ser considerado nesse cenário em que se cogita o uso de tecnologias da informação e comunicação em substituição ao ensino presencial, sob o risco de ampliarmos o leque de exclusões que historicamente tem sido submetida a população jovem e adulta no Brasil e no Espírito Santo.

Apêndice A

